



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS



Vereador Folha

PROJETO DE LEI Nº 68, DE ____ DE SETEMBRO DE 2023.

Garante aos responsáveis legais e alunos o direito de consulta pública por plebiscito com opção para o modelo cívico-militar.

Art. 1º A instituição de ensino que não atingir a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – ou qualquer outro índice apurado pelo Ministério da Educação – MEC –, por dois anos seguidos, deverá promover plebiscito direcionado aos próprios alunos ou aos responsáveis legais dos alunos de menor idade, a ser realizado em até seis meses, mediante voto impresso, para avaliar se a instituição deve migrar para o modelo de ensino cívico-militar.

Parágrafo único. No caso da resposta positiva, o Executivo efetivará as medidas em até um ano, contado do resultado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Folha
Vereador de Palmas

RECEBIDO EM

14/09/23
i . t.
Pollyanna



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS



Vereador Folha

JUSTIFICATIVA

A proposta busca a efetivação dos instrumentos de consulta pública, com a participação da comunidade, pais e alunos.

Com frequência os índices de aferição da efetividade do ensino brasileiro mostram duas realidades: o renitente fracasso do ensino público gratuito e, em sentido oposto, o sucesso do modelo de ensino com a participação das instituições e valores militares.

Assim, o Projeto de Lei busca garantir aos responsáveis legais e alunos o direito de consulta pública por plebiscito com opção para o modelo cívico-militar, porquanto não se podem esperar novos resultados praticando-se sempre as mesmas ações. Portanto, uma medida legislativa que busca ouvir o interesse do aluno e de sua família.

Folha

Vereador de Palmas